

***Análise dos programas eleitorais dos partidos políticos com representação parlamentar, candidatos às eleições legislativas de Janeiro de 2022***



## ENQUADRAMENTO

No quadro das atividades de acompanhamento e monitorização das políticas públicas com impacto no desenvolvimento local/rural e simultaneamente na defesa e promoção de instrumentos adequados ao desenvolvimento dos territórios rurais e à coesão territorial no ciclo de programação 2021-2027, a Federação Minha Terra realizou uma análise dos programas eleitorais dos partidos políticos com representação parlamentar, candidatos às eleições legislativas de Janeiro de 2022.

Procurou-se identificar referências diretas a palavras e expressões relevantes nos programas eleitorais destes partidos e não se pretendeu estabelecer qualquer hierarquia entre partidos e/ou recomendar voto num em detrimento de outro. Apenas se pretende informar, de forma objectiva e independente, em que medida e profundidade os partidos candidatos às eleições legislativas abordam estas temáticas nos seus programas, com as limitações inerentes a esta metodologia.

As palavras e expressões pesquisadas foram:

LEADER/DLBC	Desenvolvimento local	Desenvolvimento rural
Rural(is)	Interior	Baixa(s) densidade(s)
Território / Territorial	Coesão territorial	Agricultura familiar / pequena agricultura
Circuitos / Cadeias curto(a)s		

O documento tem duas partes:

**Primeira parte:** Análise da frequência de palavras/termos ou expressões (incluindo termos similares e sinónimos) nos textos dos programas eleitorais dos partidos;

**Segunda parte:** Transcrições de frases/parágrafos que incluem estes termos nos textos dos programas eleitorais dos partidos

Os resultados são apresentados pela ordem de votação/representação parlamentar obtida nas últimas eleições legislativas.

## PRIMEIRA PARTE

Análise da frequência de palavras/termos ou expressões (incluindo termos similares e sinónimos) nos textos dos programas eleitorais dos partidos.

Palavra ou termo / Partido político	 PS	 PSD	 Bloco de Esquerda	 PCP	 CDS-PP	 PAN PARTIDO AGRÍCOLA NATURALISTA	 OS VERDES	 CHEGA	 iniciativa liberal	 LIVRE
LEADER / DLBC	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolvimento local	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desenvolvimento rural	1	8	2	0	0	1	0	0	2	0
Rural(is)	31	11	6	0	5	7	0	5	10	8
Interior	36	33	16	0	4	6	1	4	15	4
Baixa(s) densidade(s)	20	8	4	0	0	2	0	0	1	2
Território / Territorial	149	110	65	5	3	48	0	3	79	44
Coesão territorial	11	17	3	0	2	3	0	0	10	9
Agricultura familiar / pequena agricultura	3	1	2	2	0	0	2	2	2	3
Circuitos / Cadeias curto(a)s	2	3	2	0	0	0	1	1	0	0

## SEGUNDA PARTE

Transcrições de frases/parágrafos que incluem estes termos nos textos dos programas eleitorais dos partidos.

 **PS** A assunção das zonas de **baixa densidade** como espaços de oportunidades, e não apenas como territórios-problema, constitui um imperativo na definição de estratégias de desenvolvimento sustentável, aproveitando o “capital **territorial**” e os recursos distintivos de cada região, mas também encontrando novas oportunidades de negócio que diversifiquem a base económica. Esta visão pela positiva, em que os recursos endógenos – naturais e culturais – se constituem como fatores de diferenciação, concorre diretamente para a afirmação dos territórios rurais, permitindo valorizar as produções locais de excelência através de projetos inovadores, mas inspirados nas tradições e no legado histórico e paisagístico. Por outro lado, o trabalho colaborativo entre os atores **territoriais** (autarquias, empresas, associações, instituições de ensino superior, centros de investigação e tecnológicos) permite a aposta em projetos integrados numa estratégia global de desenvolvimento sustentável, em torno de núcleos de atividades relevantes nos territórios, com orientação tecnológica e de I&D, com forte potencial de crescimento e escalamento e efetivo contributo para a retoma económica global, garantindo a necessária articulação com os instrumentos de gestão **territorial**. (Pág. 94)

 **PS** A cultura constitui um veículo primordial para a valorização individual e coletiva, a transformação social e a **coesão territorial**. Importa, pois, prosseguir uma política cultural sustentada e de proximidade, promovendo uma estratégia assente na descentralização e na desconcentração **territorial**, de modo a incentivar o mais amplo acesso às artes. (Pág. 118)

 **PS** Adotar políticas ativas de repovoamento do **interior**, com vista à fixação e à integração de novos residentes, nomeadamente através da atração de migrantes (e.g., reforçar o Programa Trabalhar no **Interior** e o Programa Regressar). (Pág. 95)

 **PS** Alargar e densificar a rede de centros Qualifica: por um lado, no contacto com o público, através do reforço de parcerias e da criação de balcões Qualifica em todos os concelhos do país, com vista ao reforço do acesso ao programa e de diferenciação positiva dos **territórios de baixa densidade**; por outro lado, no desenvolvimento de redes locais do Qualifica, reforçando a coordenação e concertação local entre municípios, empresas, agentes locais, Centros Qualifica e diferentes tipos de respostas, para aumentar a eficácia do programa. (Pág. 92)

 **PS** Apostar na conectividade digital na **baixa densidade**, garantindo uma cobertura de banda larga fixa e móvel nas zonas mais remotas ou periféricas, de forma a permitir o acesso das populações a serviços de Proximidade (e.g., tele-saúde, teletrabalho, tele-serviços). (Pág. 97)

 **PS** Apostar no potencial competitivo dos **territórios de baixa densidade**, para acolher investimento empresarial inovador e competitivo, reposicionando o **interior** de Portugal como espaço de uma nova atratividade. (Pág. 93)

 **PS** Aprofundar ainda mais a seletividade e o reforço das políticas ativas de emprego nos grupos e contextos com maior dificuldade no emprego, como os jovens, desempregados de longa duração, territórios de **baixa densidade** e territórios urbanos vulneráveis; (Pág. 70)

 **PS** As entidades da economia social são não apenas parceiras fundamentais do Estado na prestação de serviços de interesse geral às populações em termos não mercantis, mas também, acima de tudo, entidades dotadas de uma identidade própria e uma matriz distintiva e prática de valores solidários, contribuindo para a satisfação das necessidades coletivas. O universo da economia social é, em si mesmo, profundamente diverso, sendo por isso transversal a toda a sociedade, com um papel decisivo junto dos segmentos sociais mais fragilizados, através de ações de proximidade em áreas urbanas de maior dinamismo ou em **regiões de menor densidade** no **interior** do país. (Pág. 87)

 **PS** As prioridades para uma agricultura e um **território rural** sustentáveis vão desde o apoio ao regadio eficiente e resiliente, como fator de promoção da competitividade e da previsibilidade da atividade económica, contemplando medidas para a conservação e melhoria da qualidade dos solos, até assegurar a viabilidade da agricultura familiar relevante para o **desenvolvimento local** sustentável, resiliente e integrado. (Pág. 57)

 **PS** Assegurar a conectividade digital em todos os territórios do **Interior**, garantindo uma cobertura de banda larga fixa e móvel generalizada à totalidade da população, de forma a garantir não só a acessibilidade dos cidadãos, mas também uma vantagem competitiva para a atração de investimento empresarial, incluindo em atividades relacionadas com serviços digitais. (Pág. 93)

 **PS** Assim, as prioridades para uma agricultura e um território **rural** sustentáveis vão desde o apoio ao regadio eficiente e resiliente, como fator de promoção da competitividade e da previsibilidade da atividade económica, contemplando medidas para a conservação e melhoria da qualidade dos solos, até assegurar a viabilidade da **agricultura familiar** relevante para o desenvolvimento local sustentável, resiliente e integrado. (Pág. 57)

 **PS** Avançar para uma economia mais amiga do ambiente não só é uma necessidade global face às alterações climáticas, é também uma oportunidade para Portugal, que é rico em sol, vento e mar, mas não em petróleo. Ou seja, aproveitar esta oportunidade leva-nos ao aproveitamento das potencialidades do nosso **território** para a nossa economia e para a criação de emprego. (Pág. 48)

 **PS** Combater o isolamento social da população mais velha nos **territórios de baixa densidade**, reforçando a cobertura e a adequação dos equipamentos e serviços direcionados para este público, numa cooperação reforçada entre a Segurança Social, o SNS, e o setor social e solidário. (Pág. 97)

-  **PS** Conferir prioridade aos territórios mais vulneráveis, que devem beneficiar de um estatuto especial, sem deixar de apostar no desenvolvimento das cidades médias, enquanto espaços polarizadores de dinâmicas de inovação, potenciando parcerias urbano/rural que estabeleçam complementaridades e sinergias entre os territórios; (Pág. 93)
-  **PS** Consolidar em todo o território a figura do “Gestor +”, que se dedica às empresas com maior capacidade de criação de emprego em cada território. (Pág. 70)
-  **PS** Continuar a aumentar os apoios à pequena e média agricultura e ao rejuvenescimento do setor, com a implementação das medidas asseguradas no âmbito da PEPAC, nomeadamente no apoio redistributivo, assegurando, também, a plena implementação das medidas de discriminação positiva previstas no Estatuto da Agricultura Familiar; (Pág. 57)
-  **PS** Continuar a incorporar o desígnio de coesão territorial, de forma transversal, nas diversas políticas públicas setoriais pertinentes, com uma intensidade suficientemente discriminadora para compensar as externalidades negativas que têm afetado o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade. (Pág. 93)
-  **PS** Continuar a promover a contratação de trabalhadores qualificados, em especial jovens, no interior, reforçando o Programa +CO3SO Emprego e o Programa Contratação de Recursos humanos Altamente Qualificados; (Pág. 94)
-  **PS** Continuar a promover a redução do valor das taxas das portagens nas autoestradas do Interior; (Pág. 93)
-  **PS** Continuar o trabalho de fomento a cidades inteligentes e sustentáveis, capitalizando as iniciativas promovidas neste âmbito (ex. INC2 – Cidades Circulares, Bio Bairros, Comunidades de Energia) promovendo uma maior eficiência hídrica e energética através da reabilitação e manutenção do edificado urbano, e em particular os espaços públicos, promovendo a utilização das coberturas de edifícios urbanos para a produção de hortícolas e de energia renovável, incentivando a criação de comunidades sustentáveis que promovam ativamente a inclusão dos princípios de sustentabilidade em articulação com os municípios, desenvolvendo e reforçando as redes de corredores ecológicos nas cidades, potenciando a disseminação de redes locais de produção e consumo de hortícolas e desenvolvendo índices de sustentabilidade para as cidades, considerando a pegada ecológica e a biocapacidade. (Pág. 55)
-  **PS** Criar novas rotas e itinerários culturais para percorrer o património cultural e equipamentos de cultura pelo país, tendo em vista desenvolver o potencial e a competitividade dos territórios; (Pág. 116)
-  **PS** Criar projetos-piloto de gestão descentralizada nas áreas da educação, da saúde, do desenvolvimento rural, das políticas sociais e da formação profissional. (Pág. 32)

 **PS** Criar um instrumento de Emergência Demográfica para apoiar os **territórios** que sofreram choques migratórios, apoiando os **territórios** que tiveram grandes ganhos ou perdas bruscas de população. (Pág. 75)

 **PS** Criar, nos termos do acordo de concertação, uma Rede de Formação Setorial que agregue o IIEFP e centros de formação de modo a desenvolver melhor resposta integrada às necessidades das diferentes áreas e **territórios**; (Pág. 114)

 **PS** Dar continuidade ao Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora por forma a atrair investidores, trabalhadores e famílias para o **interior**; (Pág. 95)

 **PS** Dar sequência ao Programa de Transformação da Paisagem, enquadrada na Reforma RE-12 – Transformação da Paisagem dos **Territórios** de Floresta Vulneráveis, do PRR. (Pág. 59)

 **PS** Desenvolver e expandir novos modelos de prestação de cuidados de saúde de proximidade, nomeadamente garantindo 30 novas unidades de saúde móveis nas regiões do **interior** e de **baixa densidade**; (Pág. 20)

 **PS** Eliminar ou simplificar processos burocráticos que atualmente constituem um entrave à fixação da atividade económica, reduzindo os custos de contexto e de transação que as empresas têm por se instalarem no **interior**; (Pág. 93)

 **PS** Estabelecer incentivos para a deslocalização de postos de trabalho para zonas do **interior** ou fora dos grandes centros urbanos. (Pág. 14)

 **PS** Estimular o trabalho à distância, potenciando o recurso ao teletrabalho como meio de flexibilidade da prestação de trabalho e como possibilidade de maximizar o uso das tecnologias no âmbito de outras formas contratuais, estimulando o aparecimento de funções em regime misto de trabalho presencial e teletrabalho, conferindo vantagens para esta forma de contratação para funções que possam ser prestadas fora dos grandes centros populacionais, estabelecendo incentivos para a deslocalização de postos de trabalho para zonas do **interior** ou fora dos grandes centros urbanos, criando condições para que possam ser criados centros de apoio ou de teletrabalho, no **interior** do país, designadamente através da disponibilização de espaços de trabalho partilhados (cowork), dotando os organismos e serviços públicos de capacidade para acolhimento e implementação desta opção de trabalho, experimentando, em serviços-piloto da Administração Pública, o trabalho remoto a tempo parcial e fixando objetivos quantificados para a contratação em regime de teletrabalho na Administração Pública. (Pág.104)

 **PS** Evoluir para uma agricultura mais sustentável, melhor adaptada às transições climática, ecológica e energética, promovendo o sequestro de carbono em áreas agrícolas, fomentando a agricultura de precisão Visando uma aplicação mais eficiente de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos e uma gestão mais eficiente da água e da energia, aumentando o uso de fertilizantes orgânicos e reduzindo progressivamente o uso de fertilizantes de síntese; apoiando a investigação, desenvolvimento e aplicação de tecnologias mitigadoras associadas à alimentação animal, promovendo soluções integradas de tratamento e valorização dos

efluentes agropecuários e das indústrias agroalimentares, promovendo a eficiência energética e a incorporação de fontes de energia renovável na atividade agrícola, nomeadamente a bioenergia, com sobrantes da exploração agrícola e florestal, o biogás e a energia fotovoltaica, e apostando em estratégias de apoio ao consumo sustentável, nomeadamente através dos apoios a dietas saudáveis e equilibradas, a redução do desperdício alimentar, bem como apoio à produção local e **consumo de proximidade**; (Pág. 58)

 **PS** Garantir serviços e estruturas adequados aos contextos **socioterritoriais** de **baixa densidade**, com características de flexibilidade na sua gestão e utilização, e de proximidade, seja pela criação de Centralidades locais (micro-centralidades), seja através de serviços móveis ou a pedido, nos domínios da saúde, de apoio social e de bem-estar pessoal e comunitário e outros serviços públicos. (Pág. 97)

 **PS** Harmonizar as circunscrições territoriais da Administração desconcentrada do Estado e proceder à integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza **territorial**, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, ordenamento do **território**, conservação da natureza e florestas, formação profissional e turismo, bem como dos órgãos de gestão dos programas operacionais regionais e demais fundos de natureza **territorial**, sem prejuízo da descentralização de algumas destas competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas; (Pág. 31)

 **PS** Implementar o Programa “Conhecer Portugal”, que se materializa por um programa Erasmus interno, fomentando a mobilidade de estudantes entre instituições de ensino superior do litoral e do **interior**; (Pág. 95)

 **PS** Implementar o programa Reabilitar para Povoar, com o objetivo de alargar a oferta de habitação nos **territórios** do **interior** a preços acessíveis e apoiar os agregados familiares em matéria de acesso à habitação; (Pág. 73)

 **PS** Implementar projetos-piloto na área da Educação em regiões do **interior**, adaptados a cada contexto **territorial**, nomeadamente de Ensino Profissional em regime de mobilidade que permitam diversificar a oferta e garantir o acesso à Educação. (Pág. 97)

 **PS** Implementar um programa nacional de mercado social de emprego, a partir de experiências-piloto, com ancoragem em projetos locais, em zonas deprimidas ou para públicos mais vulneráveis, para reforçar a atratividade e a **coesão dos territórios** de baixa densidade, e para combater a exclusão social e pobreza nos territórios urbanos mais complexos; (Pág. 70)

 **PS** Incentivar o empreendedorismo com base nos recursos endógenos e saberes tradicionais, mas também nos clusters de inovação ligados ao **território** e que diversifiquem a base económica (“Agendas Mobilizadoras” no **Interior** do país); (Pág. 95)

 **PS** Incentivar o surgimento de novos produtos e serviços associados aos recursos endógenos e endogeneizáveis, e ajudar a consolidar outros já existentes que permitam acrescentar valor ao **território**; (Pág. 94)

 **PS** Instituir mecanismos de pagamento pelos serviços dos ecossistemas, como forma de compensar o mundo **rural** pelas utilidades que presta ao todo nacional. (Pág. 95)

 **PS** Lançar um programa de regresso ao campo, que promova a reversão do êxodo **rural**, estimulando o regresso de quem saiu do **interior** para as cidades e aí vive atualmente com menor qualidade de vida; (Pág. 95)

 **PS** Maior proximidade na gestão dos fundos europeus. Numa lógica de aplicação do princípio da descentralização e da subsidiariedade, promovida pelos Governos do PS, devemos promover práticas de gestão de proximidade das políticas públicas, assumindo as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e as entidades intermunicipais um papel-chave nestes processos, designadamente na gestão dos futuros Programas Regionais. Por outro lado, na mesma lógica, a valorização do papel destas entidades no âmbito dos Programas Temáticos, do PDR e do PRR é essencial para uma melhor articulação das diferentes políticas públicas no **território**. (Pág. 11)

 **PS** Mas a **coesão e resiliência do território** tornam essencial, em muitas zonas do país, a presença de uma agricultura tradicional, mais próxima da natureza, que assegure a ocupação e vitalidade das zonas **rurais**, em íntima ligação com outras atividades, desde o turismo ao artesanato, promovendo uma gestão ativa do **território**, baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável. (Pág. 56)

 **PS** Níveis de acesso aos diferentes serviços públicos adequados às diferentes realidades socioterritoriais. (Pág. 13)

 **PS** No contexto dos territórios de **baixa densidade**, a falta de competitividade e produtividade dos produtos e serviços apresenta-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento e crescimento económico. Neste âmbito, é crucial promover a qualificação do tecido produtivo, a diversificação das atividades económicas (contrariando a dependência excessiva de determinadas fileiras), a atração de ativos qualificados, em especial jovens, e a incorporação de conhecimento e tecnologia, a adoção de métodos de produção mais sustentáveis e eficientes, a adoção de novos modelos de organização do trabalho e de novos modelos de negócio, que permitam às empresas desenvolver atividades de maior valor acrescentado, produzir bens/serviços/soluções mais inovadores e com maior valor de mercado. (Pág. 94)

 **PS** No quadro do combate às alterações climáticas, é essencial adotar medidas de adaptação da floresta, que permitam uma maior resiliência do **território** e, sobretudo, reduzir o perigo de incêndio, através da diminuição da carga de combustível e da sua continuidade. (Pág. 58)

 **PS** No quadro do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora, atrair e incentivar o investimento com atenção particular àquele que se dirige aos **territórios de baixa densidade** em Portugal; (Pág. 35)

 **PS** Num país ainda bastante desigual, desde logo ao nível **territorial**, importa atuar de forma determinada para colmatar as injustiças espaciais. Necessitamos, pois, de políticas públicas especialmente dirigidas à correção das assimetrias regionais e, para o efeito, devemos conjugar estratégias de promoção da coesão e de reforço da competitividade dos diferentes territórios. (Pág. 92)

 **PS** O combate às desigualdades exige uma intervenção em quatro planos: i) garantia de uma plena igualdade de direitos, com repúdio de todas as formas de discriminação; ii) promoção de maior justiça e equidade na distribuição dos rendimentos e da riqueza; iii) reforço das qualificações, para que todos tenham iguais oportunidades e ninguém fique para trás; e iv) correção das **desigualdades regionais**, Promovendo a **coesão territorial**. (Pág. 80)

 **PS** O contributo do comércio é, por isso, determinante para a recuperação económica, bem como para a promoção da **coesão social e territorial**. Promover a inovação dos modelos de negócio apoiando a adaptação e modernização destes setores, constitui, como tal, um eixo importante para o incremento da competitividade da economia. (Pág. 108)

 **PS** O trabalho colaborativo entre os atores **territoriais** (autarquias, empresas, associações, instituições de ensino superior, centros de investigação e tecnológicos) permite a aposta em projetos integrados numa estratégia global de desenvolvimento sustentável, em torno de núcleos de atividades relevantes nos territórios, com orientação tecnológica e de I&D, com forte potencial de crescimento e escalamento e efetivo contributo para a retoma económica global, garantindo a necessária articulação com os instrumentos de gestão **territorial**. (Pág. 94)

 **PS** Ordenar o **território** e tornar as comunidades mais resilientes, desenvolvendo as medidas do Programa de Ação do PNPOT que asseguram a concretização dos 10 Compromissos para o **Território**, promovendo a revisão dos agora denominados Programas Regionais do Ordenamento do **Território** (PROT), em linha com o definido no PNPOT, assegurando a integração da gestão do risco nos Planos Diretores Municipais, alargando a informação cadastral simplificada em todo o **território** nacional, associando-a ao cadastro predial, incentivando a diversidade de atividades em áreas **rurais**, procedendo à abertura de corredores ecológicos que permitam a salvaguarda dos valores naturais e a proteção contra incêndios, identificando e responsabilizando as entidades na origem das situações de contaminação do solo, reduzindo a necessidade de intervenção do Estado para remediar situações de poluição provocadas por terceiros e continuando o trabalho de desenvolvimento da Plataforma da Geodiversidade, integrando a instrução de processos de licenciamento, os pedidos de pareceres a entidades e a georreferenciação em polígono; (Pág. 55)

 **PS** Para além da descentralização de competências, no quadro de uma boa governação, importa tomar medidas que contrariem os desequilíbrios **territoriais** existentes, promovendo o desenvolvimento harmonioso de todo o país, com especial atenção para os **territórios do Interior**, tal como preconizado no Programa de Valorização do **Interior**. (Pág. 92)

 **PS** Para ultrapassar a crise demográfica que o nosso país atravessa, é fundamental criar condições para que os jovens não adiem a constituição de família, corrigir as fortes assimetrias

territoriais que têm conduzido ao envelhecimento e desertificação dos **territórios** do **interior** e à concentração de pessoas nas áreas metropolitanas ao longo dos anos, e ainda facilitar a mobilidade dos agregados familiares entre os diferentes **territórios** e segmentos de oferta habitacional. (Pág. 73)

 **PS** Persistem sérias disparidades regionais, em particular nos concelhos mais periféricos do **interior**, caracterizados por uma muito **baixa densidade** populacional e um elevado índice de envelhecimento. Muitos aglomerados estão mesmo em risco de perderem toda ou quase toda a população, com as inerentes consequências na configuração do território e no uso dos solos, decorrentes do abandono da terra. Neste sentido, o PS advoga a necessidade de aprofundar e dirigir políticas públicas que respondam à extrema vulnerabilidade das regiões em situação de “risco”, assegurando a sua sustentabilidade. (Pág. 95)

 **PS** Promover a habitação jovem no **interior**, através de bolsas de casas para arrendamento por jovens quadros nas cidades médias e incentivos à recuperação de casas em **territórios** despovoados (Pág. 96)

 **PS** Promover a mobilidade transfronteiriça, mediante serviços de transporte flexível entre regiões de fronteira, nomeadamente disponibilizando, em **territórios com menor densidade demográfica**, serviços de transporte a pedido, em especial para pessoas com necessidades de mobilidade específicas; (Pág. 96)

 **PS** Promover a sustentabilidade da agricultura e do **território rural**. Prossequindo os grandes objetivos do crescimento, do emprego e do equilíbrio das contas externas, o país tem de continuar a contar com o contributo de uma agricultura moderna, competitiva e inserida nos mercados, capaz de assegurar uma alimentação saudável no respeito por uma utilização sustentável dos recursos naturais. (Pág. 56)

 **PS** Promover o equilíbrio e a qualidade dos **territórios**, a em regiões metropolitanas, urbanas ou rurais, garantindo o acesso a condições habitacionais dignas para todos, constitui um fator poderoso de **coesão territorial**, de promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável e equilibrado do país (Pág. 73)

 **PS** Promover o princípio da “Saúde em Todas as Políticas”, com intervenções transversais orientadas para a melhoria dos determinantes sociais da saúde, em especial dando continuidade ao investimento no Programa Bairros Saudáveis, visa dinamizar intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades **territoriais**, através do apoio a projetos de associações, coletividades, movimentos cívicos e organizações de moradores, em colaboração com autarquias e autoridades de saúde; (Pág. 18)

 **PS** Promover projetos de inovação **rural**, quer na conceção de novos produtos, quer na valorização e dinamização das cadeias de valor dos recursos endógenos e endogeneizáveis (ex: design ou marketing inovador); (Pág. 95)

 **PS** Reduzir os riscos de catástrofes, intervindo no espaço **rural** com a manutenção da diversificação da paisagem e diminuindo a carga de combustível, aumentando a resiliência a

cheias através de bacias de retenção e de infiltração, aumentando o grau de preparação para as catástrofes, designadamente através de campanhas de formação e sensibilização para o risco, fomentando junto dos docentes a utilização do Referencial de Educação para o Risco (RERisco) de modo a sensibilizar a comunidade educativa para uma cultura de prevenção, concretizando a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva conjuntamente com a implementação de um modelo de governança, gestão e avaliação do risco coordenado e multissetorial, modernizando os sistemas de vigilância florestal e de recursos hídricos e os instrumentos de apoio à decisão operacional, alargando a 100% do **território** nacional o sistema de videovigilância florestal, reforçando os mecanismos de aviso e alerta precoce para situações de emergência, instalando pontos de abastecimento destinados ao combate a incêndios em zonas **rurais**, aumentando a qualificação, especialização e profissionalização dos agentes de proteção civil e consolidando o pilar da proteção civil municipal através de plataformas locais de redução de risco de catástrofes, reconhecendo o conhecimento e valorizando os agentes mais próximos dos cidadãos; (Pág. 55)

 **PS** Reforçar a mobilidade das pessoas dentro de territórios de **baixa densidade** (ex: novas redes de transporte a pedido) e na sua ligação ao resto do país, como instrumento fundamental de coesão social. (Pág. 93)

Reforçar e expandir os Laboratórios Colaborativos no **interior**, potenciando a sua integração na rede de suporte ao desenvolvimento tecnológico do **território** em que se integram. (Pág. 94)

 **PS** Reforçar o diferencial de incentivos para investimentos realizados nas regiões de **baixa densidade**, com mecanismos de majoração e/ou com dotação específica para estes territórios e/ou medidas dedicadas a estes **territórios**, nas políticas de estímulo ao investimento (e.g., inovação produtiva, empreendedorismo, qualificação e internacionalização, investigação e desenvolvimento tecnológico, e estímulo à produção nacional) e nas políticas ativas de emprego (e.g., +CO3SO Emprego Interior, +CO3SO Empreendedorismo Social e contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados) bem como nas medidas de apoio à mobilidade de trabalhadores para estes **territórios**. (Pág. 93)

 **PS** Reforçar, em diálogo com os parceiros sociais, os incentivos à mobilidade geográfica no mercado de trabalho, incluindo dos trabalhadores da administração pública através do programa de Incentivos à Fixação de Trabalhadores do Estado no **Interior**; e da promoção do teletrabalho pela utilização da Rede de Espaços de Coworking/Teletrabalho no **Interior**; (Pág. 95)

 **PS** Uma Administração Pública moderna, simplificada e desmaterializada, capaz de atrair, qualificar e reter talento, com uma forte aposta na inovação e valorização de todo o **território**, com foco nas pessoas, nos serviços públicos e nas empresas, é essencial para a redução das desigualdades, para um efetivo combate à pobreza e para uma aposta no crescimento económico. (Pág. 12)

 **PS** Utilizar o digital como instrumento de **coesão territorial**, na medida em que permite esbater assimetrias de desenvolvimento e contrariar a litoralização da nossa economia. (Pág. 101)

**↑ PSD** A coesão territorial implica uma cobertura de infraestruturas físicas e digitais (nomeadamente o 5G) que sirva todo o território e potencie os recursos endógenos e o capital humano dos territórios de baixa densidade. (Pág. 55)

**↑ PSD** A descentralização como requisito da coesão territorial. O combate às desigualdades territoriais passa, no imediato, pelo aprofundamento e consolidação do processo de descentralização das funções do Estado Central que possam ser desempenhadas mais eficientemente pelos patamares da administração mais próximos do cidadão. (Pág. 46)

**↑ PSD** A Política de Desenvolvimento Rural. Sendo responsáveis pela gestão de cerca de 90% do território, a agricultura e as florestas reclamam um especial cuidado no que respeita aos impactos espaciais das respetivas políticas. Daí a necessidade de políticas integradas e equitativas. Trata-se, essencialmente, de assegurar a presença da atividade agrícola e florestal em todo o território, assim como uma abordagem mais vasta da atividade agrícola, visando essencialmente a sua integração na economia envolvente, procurando sinergias com outros setores produtivos, fomentando a diversificação da base económica local e abrangendo também as preocupações de ordem social das comunidades rurais. E mais equitativa em matéria de respostas aos diferentes sistemas produtivos e respetivos impactos sobre os rendimentos. (Pág. 100)

**↑ PSD** A reestruturação do sector das águas, i.e. a agregação dos sistemas multimunicipais em sistemas de maior dimensão, permitindo aumentar a produtividade e reduzir as tarifas (mais altas) pagas no interior face às do litoral. (Pág. 81)

**↑ PSD** Abono de família pré-natal: alargamento da base de beneficiários, majoração em 50% para o segundo filho e de 100% para terceiro e seguintes. Majoração para famílias residentes no interior do País. (Pág. 4)

**↑ PSD** Águas e Saneamento: +Saúde, +Desenvolvimento, +Qualidade de Vida. Decorrente deste ponto está a necessidade de harmonização de preços da água em Alta e dos serviços de Tratamento de Efluentes, num espírito de coesão territorial e social, utilizando para tal mecanismos de perequação e de ganhos de produtividade. (Pág. 82)

**↑ PSD** Apesar dos vários esforços passados no sentido de simplificar o licenciamento de atividades que impliquem ocupação de território, ainda é significativa a perceção de falta de credibilidade e transparência assim como o cumprimento de prazos aceitáveis nestes processos. O PSD, como governo, já foi responsável por grandes avanços na matéria, destacando-se o regime de Licenciamento Único Ambiental (LUA), concebido com o objetivo de simplificar, harmonizar e articular os vários regimes de licenciamento no domínio do ambiente e, com isso, atrair investimento e criar emprego. (Pág. 67)

**↑ PSD** Apoiar a transformação digital e adoção de tecnologias de IA das empresas em especial das PME através de condições regulatórias e fiscais; apoios na requalificação do seu pessoal; reforço dos programas financiados pelos fundos Europeus que apoiem as PME no processo transformação digital; criação de oficinas de fabricação, centros de inovação digital itinerantes,

de clusters de desenvolvimento tecnológico (por exemplo, nas zonas costeiras dedicados ao desenvolvimento de tecnologias digitais ligadas ao mar; nas zonas do **interior**, ligados à agricultura) e ainda, criação de mais zonas seguras para a realização de testes e experimentação apoiadas por um quadro legislativo flexível e temporário (legislative “sandboxes”); (Pág. 130)

 Após 6 anos de negligência governamental, urge aprovar o novo regime jurídico da prevenção da contaminação e remediação dos solos (PROSOLOS), com vista à salvaguarda do ambiente e da saúde humana e garantir a elaboração do Atlas de Solos Contaminados. Trata-se de uma ferramenta que se encontra no caminho crítico para a adoção de uma estratégia de proteção do solo que obrigue as empresas que desenvolvam atividades perigosas, a avaliar a qualidade dos respetivos solos e a assumir a responsabilidade pela descontaminação, de modo a prevenir futuros passivos ambientais e proceder à resolução de vários passivos ambientais espalhados pelo **território**. (Pág. 71)

 Áreas como gestão do **território**, ambiente e alterações climáticas, agroalimentar, energia, saúde, aeroespacial e oceanos devem ser debatidas e equacionadas como prioritárias. São áreas nas quais dispomos de track-record em termos de projetos, capital humano e com elevado grau de criticidade para o nosso futuro desenvolvimento sustentável. (Pág. 57)

 Assegurar a continuação da abordagem **LEADER** no quadro do PEPAC/PDR2030, mas envolvendo mais as organizações representativas da agricultura e da floresta na sua gestão e alargar o leque de apoios a atividades exteriores à exploração agrícola e a infraestruturas, de modo a que haja complementaridade de atividades no **território**. Defendemos que o programa **LEADER** possa assumir no futuro uma natureza plurifundos, reforçando especialmente o apoio às microempresas e às infraestruturas locais e assegurando uma melhor articulação da política de **desenvolvimento rural** com a política de desenvolvimento regional. (Pág. 100)

 Aumentar e melhorar duplamente a cobertura nacional do ensino superior, através do alargamento da abrangência social e da extensão territorial, numa representação de todos os grupos sociais e numa presença em todo o **território** de uma oferta especializada e qualificada assente no princípio da complementaridade entre cursos e instituições. (Pág. 123)

 Contribuir para a eficiência na utilização dos recursos, a redução da utilização de combustíveis fósseis em linha com as metas de descarbonização estabelecidas através da correção de incentivos desadequados ainda existentes, a utilização sustentável do solo, do **território** e dos espaços urbanos, a indução de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis, bem como fomentar o empreendedorismo e a inovação tecnológica, a criação de emprego e o crescimento sustentável. (Pág. 56)

 Criar condições de fixação dos jovens agricultores nos territórios das suas explorações, com a institucionalização de um regime de apoio, no quadro da política de coesão, para a aquisição ou reestruturação de habitação própria, ou arrendamento, localizada em **território rural de baixa densidade** próximo da sua exploração. (Pág. 90)

 Criar um regime diferenciado de apoio a projetos de primeira instalação na agricultura de cidadãos entre os 40 e os 55 anos que optem por residir de forma permanente nas zonas de

muito **baixa densidade** e preenchem os demais requisitos a respeito da viabilidade dos investimentos e das qualificações técnicas. (Pág. 91)

 **PSD** Criar um regime simplificado de política agrícola para os **pequenos agricultores** (um simplex agrícola), pondo a funcionar, à semelhança do que já existe para os pagamentos diretos e para os pequenos investimentos, um conjunto de procedimentos simplificados, de fácil execução, em domínios como: i) a fiscalidade; ii) a certificação da qualidade dos produtos; ou iii) o licenciamento de atividades agrícolas, pecuárias, florestais e agroindustriais. (Pág. 92)

 **PSD** Criar uma medida especial de reforço da capacidade técnica e de gestão das organizações agrícolas no quadro de um programa nacional de melhoria de apoio técnico e de gestão aos agricultores, a financiar no âmbito do Programa de **Desenvolvimento Rural** (PDR2030). (Pág. 102)

 **PSD** Criar, em parceria com as instituições, um programa de reequilíbrio financeiro e de capacitação das instituições do 3º Sector e dos cuidadores para a criação de respostas integradas sociais e em saúde, preparando-as para enfrentar o impacto do envelhecimento da população e a desertificação humana dos **territórios** (Pág. 108)

 **PSD** Desenvolvimento de uma Política Nacional de Sustentabilidade e Carbono nos sectores agrícola e agroindustrial, abrindo o caminho para a adoção de sistemas de certificação relacionados com a sustentabilidade e a pegada de carbono e visando criar valor por esta via. A política agrícola deve estar ligada a políticas de sustentabilidade e proteção do meio **rural**. (Pág. 100)

 **PSD** É urgente travar esta dinâmica de concentração e esvaziamento. Precisamos de um país com um **território** menos desequilibrado para garantir a **coesão** nacional. (Pág. 16)

 **PSD** Ensino superior como instrumento de **coesão territorial**. Alcançar o desígnio nacional da **Coesão Territorial** que o PSD propõe exige um conjunto alargado de políticas socioeconómicas e de educação que extravasam o alcance das políticas relativas ao Sistema do Ensino Superior, sendo que este tem uma grande responsabilidade para contribuir para esse desígnio (Pág. 124)

 **PSD** Implementar programas especiais de intervenção nas áreas em maior risco de incêndio (Portaria 301/2020 de 24 de dezembro) e as de muito **baixa densidade**, em acentuado risco de despovoamento e abandono e concentrar nelas instrumentos especiais de apoio, de que se destacam, para além dos instrumentos normais do PEPAC, os seguintes: i) uma ativação de direitos de pagamentos diretos a todos os agricultores em atividade; ii) um pagamento complementar ao destinado à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (MZD); iii) uma majoração substancial dos pagamentos redistributivos; iii) uma taxa de apoio ao investimento mais elevada; iv) um programa de infraestruturas, construção de pequenas barragens, açudes, sistemas de irrigação, depósitos de água para irrigação por gravidade, reabilitação de construções para habitação e turismo e outras atividades da exploração e apoio à utilização de energias renováveis; e v) uma especial articulação com as medidas da política florestal para as áreas arborizadas, incluindo as de remuneração de ecoserviços tendo como contrapartida a limpeza das matas. (Pág. 98)

 Intensificar a ligação Universidades-empresas ao nível dos Politécnicos, como forma de desenvolvimento das regiões do **interior**, onde os Politécnicos têm hoje um papel muito relevante, mas que pode ser muito mais potenciado. (Pág. 57)

 Introduzir uma discriminação positiva para os “**territórios de baixa densidade**” na promoção do emprego dos jovens e desempregados de longa duração. Desenvolver para aqueles **territórios de baixa densidade** uma medida de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas – “Iniciativas Locais de Emprego – ILE’s”. (Pág. 61)

 Isenção de custos de registo e de IMI, durante 10 anos, a quem compre terras contíguas e promova o emparcelamento **rural**, no quadro de um plano de investimento e gestão das explorações adquirentes. (Pág. 93)

 Não podemos ignorar a importância do turismo, pelo impacto quer na criação de riqueza, quer no emprego, mas precisamos de subir na cadeia de valor e de ganhar mais quota de mercado em alguns nichos mais rentáveis e com maior valor acrescentado. O valor acrescentado da atividade turística é, no entanto, ainda muito baixo, quando comparado com outros destinos europeus, nomeadamente, Espanha, França e Itália. O aumento do valor acrescentado passa pela diversificação e sofisticação da oferta turística, aproveitando as potencialidades e especificidades de todo o território nacional. O desenvolvimento do **interior** do país e a melhoria da oferta cultural, são variáveis fundamentais para esse objetivo. (Pág. 61)

 Não se entende a decisão do governo socialista cessante em manter o regime de direitos históricos de pagamento 30 anos depois da sua criação em 1992 e 20 anos depois da sua conversão em pagamentos desligados, em 2003, quando quase todos os Estados Membros já há muito que alargaram tais pagamentos a todos os agricultores e culturas e promoveram a equidade e a convergência. Para além de estar em flagrante contradição com a racionalidade da sua justificação política e económica, o regime de direitos históricos é castrador das dinâmicas de entrada de novos agricultores e de novas culturas, mantém um circuito fechado nos mesmos beneficiários de sempre; e mantém os desequilíbrios gritantes entre agricultores e entre **territórios**. (Pág. 98)

 Numa lógica de contribuição para a **coesão territorial**, prosseguir-se-á com a reestruturação do sector das águas, i.e. a agregação dos sistemas multimunicipais em sistemas de maior dimensão, permitindo aumentar a produtividade e reduzir as tarifas (mais altas) pagas no interior face às do litoral. Ao mesmo tempo, deve-se rever e adaptar o balanço entre oferta e procura de água numa perspetiva integrada, elaborando os estudos e planos de ação visando a adaptação às alterações climáticas das bacias hidrográficas. (Pág. 81)

 O Ambiente como fator de **coesão territorial**. Os instrumentos de política ambiental, de gestão do território ou energética devem ser desenhados para incluir as pessoas e todo o património onde elas se inserem. É, neste sentido, necessário remunerar os **territórios**, as pessoas, dinamizando as economias locais. Propomos neste sentido: implementar um sistema de créditos de biodiversidade, garantir a manutenção dos centros eletroprodutoras com fontes renováveis como polos de **coesão territorial**, regulando a remuneração pelo uso do **território** e

envolver e premiar os municípios que mais contribuírem para o cumprimento dos objetivos ambientais de Portugal. (Pág. 66)

 O ano de 2022 deverá iniciar com um quadro consolidado e estabilizado do Regime de Atribuições e Competências e com um Regime Financeiro adequado aos tempos que no fundamental estimule a competitividade baseada no desempenho económico e social e, para isso, determine que as receitas autárquicas resultam da participação proporcional em todos os impostos gerados em cada **território**, corrigido de um fator de coesão que compense e estimule os **territórios** com menos oportunidades. (Pág. 47)

 O Estado tem uma particular responsabilidade em criar um **território** mais equilibrado, nomeadamente através da desconcentração e da descentralização de serviços públicos e da criação de um quadro de incentivos à instalação de empresas em zonas do **interior**. Adicionalmente, as novas entidades públicas a serem criadas deverão localizar-se preferencialmente fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Na medida do possível, alguns serviços públicos devem ser deslocalizados de Lisboa para as cidades de média dimensão. (Pág. 16)

 O PSD procurará maximizar as oportunidades de criação de emprego sustentável e de qualidade desencadeadas pela transição económica, energética, digital e inovação tecnológica para promover a **coesão territorial** e repovoar o **interior**. (Pág. 59)

 Os desafios do envelhecimento da população. Desenvolver o conceito de “Aldeia ComVida/ Aldeia Lar / Aldeia Social”, centrado no aproveitamento de aldeias/vilas do **interior** do País em processo de despovoamento e desertificação. (Pág. 109)

 Para além de ser possível fazer muito mais do que se tem feito para favorecer a implantação de empresas nos territórios de maior **interioridade**, o Estado tem uma particular responsabilidade no processo de concentração espacial da população por ser o responsável único pela localização dos seus próprios serviços. O Estado tem o dever urgente de reverter o processo de concentração de serviços públicos nas maiores áreas metropolitanas, e tomando como base a reflexão a fazer sobre os trabalhos da Comissão Independente para a Descentralização, o PSD implementará um Programa de Desconcentração que deslocalize progressivamente alguns serviços públicos relevantes para fora das maiores áreas metropolitanas, com respeito pelos direitos de pessoas e famílias e recorrendo a instrumentos de compensação sempre que isso se revele necessário. (Pág. 47)

 Portugal precisa de conceber políticas de imigração consistentes e estáveis que respondam aos previsíveis déficits de recursos humanos que, mais tarde ou mais cedo iremos enfrentar. Políticas que apostam numa imigração qualificada controlada e planeada, que aposte na atração de núcleos familiares completos, que contribua para uma redistribuição mais equilibrada da população no **território** e alimente as estratégias de repovoamento do **interior** do país. (Pág. 41)

 Pretendemos também renovar incentivos às regiões do **interior**, nomeadamente através da criação de incentivos financeiros e fiscais ao estabelecimento de clusters / zonas

económicas privilegiadas que apostem em determinadas atividades e indústrias específicas e na economia do conhecimento. (Pág. 55)

 Programa de incentivos ao estabelecimento de creches e jardins de infância por parte das autarquias, das IPSSs e das empresas ou associações de empresas, com recurso a fundos comunitários para construção e reabilitação de berçários, creches e infantários. Prevê-se a majoração da medida nos territórios do **interior**. (Pág. 44)

 Promover a confiança dos consumidores nos produtos nacionais, através de uma campanha estruturada e universal, que sublinhe aspetos como a excelência e/ou tipicidade da qualidade, o rigor no cumprimento das regras de segurança alimentar, a transparência de procedimentos e o seu contributo para o **desenvolvimento dos territórios rurais**. (Pág. 99)

 Promover a criação cultural. Pretende-se incentivar o movimento de redescoberta das regiões do **interior**: Mobilizando fundos estruturais para a qualificação das ofertas culturais, sobretudo as que se integram em roteiros culturais inovadores, de âmbito intermunicipal; Promovendo uma política de descentralização, valorizando-se o papel das autarquias em parcerias múltiplas com agentes e criadores culturais; Incentivar e apoiar o associativismo cultural de base local; Reformar o atual sistema de apoios às artes, incluindo os apoios à produção de cinema e audiovisual, descentralizando-o mais; Criar um novo quadro mais atraente de incentivos ao mecenato cultural; Promover planos conjuntos, entre poder central e poder local, de apoio a projetos culturais de reconhecido mérito, e potenciadores de uma efetiva descentralização em todas as áreas de fruição cultural; Criar um quadro legal que dê resposta à natureza, às necessidades específicas e ao modus operandi dos criadores, artistas, produtores, associações culturais, companhias, teatros, orquestras, empresas de produção artística, etc., sendo necessário promover a criação de uma Lei de Bases da Cultura, como acontece com a Educação, na medida em que os institutos legais/regimes jurídicos/conceitos que se aplicam não se adequam às atividades e necessidades dos criadores e produtores culturais. (Pág. 114)

 Reduzir a taxa de IRC de 21% para 17% (2 p.p. em 2023 e 2 p.p. em 2024). Alargar essa redução à taxa reduzida para as PME's (aumentando o limite de 25 mil € para 100 mil para as empresas sediadas no **interior**). (Pág. 3)

 Reforçar a cobertura do território nacional de voz e dados assegurando assim o acesso a comunicações e internet aos cidadãos e às empresas em todo o território nacional, gerando um enorme conjunto de externalidades positivas sobre todos os sectores de atividade económica e social, desde a educação, a saúde, os serviços públicos, o turismo, etc., tendo um potencial de captação de investimento e criação de emprego que poderá ter um efeito imediato na ambicionada **coesão territorial**. (Pág. 147)

 Reforçar a dotação do Programa de **Desenvolvimento Rural** (PDR) 2020-2027 para apoio os Jovens Agricultores, aumentando o prémio à primeira instalação, o apoio a fundo perdido ao investimento e o apoio ao crédito institucional adequado para a parte não subvencionada. Propomo-nos afetar a este objetivo 25% da dotação do eixo da

competitividade e organização da produção do futuro PDR 2021-2027, para além da majoração em 3% nos pagamentos diretos do primeiro pilar. (Pág. 90)

 **PSD** Reforçar as cadeias de valor ao nível dos mercados locais, alargando consideravelmente o programa de apoios às cadeias curtas de comercialização e encorajar a constituição de parcerias locais de produção-comercialização-consumo, envolvendo, designadamente, municípios, organizações agrícolas, médias superfícies de distribuição locais, entidades públicas e entidades da economia social, as quais, em conjunto, são responsáveis por quantidades significativas da procura alimentar local. Importa também nestas parcerias sensibilizar os operadores locais da hotelaria e restauração para a utilização de produtos locais na oferta gastronómica, atendendo à importância crescente do turismo como mercado. (Pág. 101)

 **PSD** Reforçar o programa ERASMUS +INTERIOR com o objetivo de fomentar a mobilidade de estudantes do litoral para o interior; (Pág. 125)

 **PSD** Reformular o abono de família pré-natal, alargando progressivamente a base de beneficiários a todos os escalões de rendimento. Majoração do abono de família pré-natal em 50% para o segundo filho e 100% para o terceiro filho e seguintes e para as famílias que vivem no interior. (Pág. 42)

 **PSD** Reorganizar o Ministério da Agricultura como pilar central de conceção e aplicação das políticas para o setor, dotando-o dos necessários recursos e integrando as dimensões agrícola e pecuária, alimentar, florestal e do desenvolvimento rural, que foram gravemente amputadas pelo governo cessante. (Pág. 101)

 **PSD** Reorientar o Fundo Florestal Permanente para a floresta e os agentes privados, numa ótica de verdadeira complementaridade com o Plano de Desenvolvimento Rural, em contraste com a situação atual, em que cerca de 2/3 deste Fundo se destinam a entidades públicas do Estado Central ou Autarquias, substituindo os respetivos orçamentos, em detrimento do apoio aos produtores. (Pág. 96)

 **PSD** Simplificação de normas para os produtos locais tradicionais. Os mercados locais e tradicionais serão objeto de uma legislação simplificada que respeite as tradições, sem prejuízo do cumprimento das regras básicas de segurança. (Pág. 99)

 **PSD** Só um novo modelo de desenvolvimento económico e social poderá inverter aquela tendência, criando melhores oportunidades de fixação das populações no interior através de medidas de discriminação positiva que consigam atrair mais investimento, maior número de empresas e o aumento significativo dos postos de trabalho. Esse modelo só pode ser planeado e desenvolvido se assente numa informação completa e fidedigna do território, pelo que é urgente avançar rapidamente com o cadastro georreferenciado. (Pág. 16)

 **PSD** Sustentabilidade social, promovendo a coesão territorial fixando no território a população local e introduzindo novas populações. (Pág. 132.)

 **PSD** Tendo em consideração os principais desafios de natureza tecnológica, ambiental, sustentabilidade, mobilidade, entre outros, a implementação de modelos de inteligência

urbana que defendemos, para além de incorporar estratégias de desenvolvimento **territorial** que asseguram que ninguém fica para trás e que garantem a **coesão territorial**, têm necessariamente de apostar nas autoridades locais como protagonistas da necessária transformação dos atuais modelos de planeamento e gestão das cidades e vilas, envolvendo a participação ativa das pessoas e devolvendo-lhes o espaço público, contribuindo ainda de forma efetiva para alcançar a necessária neutralidade carbónica. (Pág. 132)

 **Territorializar** algumas medidas e orçamentos no quadro do PDR2030, com alteração do atual modelo exclusivo de gestão centralizado, para, pelo menos em determinados **territórios** e para determinados objetivos, introduzir unidades de gestão regionais mistas, coordenadas por unidades de gestão nacional, com capacidades técnicas reforçadas. (Pág. 102)

 Transformação Digital das Cidades e **Territórios** (Bottom-up): Lançar uma iniciativa nacional assente nas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas que promova uma avaliação da maturidade digital dos 308 municípios portugueses e construa, de acordo com as especificidades de cada um, um roadmap de transformação digital a implementar. (Pág. 133)



A sustentabilidade das instituições que promovem a prática desportiva está a ser posta em causa. O papel deste setor na **coesão territorial** e no combate ao abandono das zonas de **baixa densidade** populacional é indiscutível. (Pág. 205)



Antecipação do fim das PPP rodoviárias, começando pela eliminação das portagens para as autoestradas de acesso às regiões do **interior** do país ou onde não existam alternativas rodoviárias efetivas (A22, A23, A24, A25). (Pág. 70)



Aumento significativo e diversificação do financiamento à criação artística e aos projetos de difusão da criação artística, considerando redes de programação e áreas que têm sido marginalizadas nos programas de financiamento (literatura, música e artes plásticas, entre outras); novas linhas de financiamento (artistas jovens, projetos artísticos nas escolas, entre outras); mecanismos de **coesão territorial** na distribuição do financiamento. (Pág. 164)



Constituição de entidades independentes e qualificadas para aconselhamento ao Governo e à Assembleia da República, no acompanhamento, avaliação e análise de resultados da política pública agroflorestal, de **desenvolvimento rural** e de prevenção e combate a incêndios. (Pág. 80)



Em consequência das alterações climáticas, prevê-se uma descida até 30% da produtividade agrícola, mas a procura mundial de alimentos vai continuar a subir. Assim, aumenta o risco de intensificação das atuais áreas produtivas. Num mercado liberalizado, a desvantagem competitiva dos sistemas agroflorestais extensivos leva a maior risco de abandono. A resposta às alterações climáticas exige uma alteração de políticas agroflorestais a incorporar na política de **desenvolvimento rural** e em particular do **interior**. (Pág. 82)

 Não basta falar de “**coesão territorial**”, é preciso construir essa coesão com a organização administrativa que lhe dê sustentação. A solução não passa por medidas pontuais como a criação de Ministérios ou secretarias de estado que se ocupam do **interior** do país, é preciso um pensamento estrutural e estruturado. (Pág. 125)

 No século XXI, Portugal viu encerrar mais de 6500 serviços públicos: 4492 escolas, 1168 juntas de freguesia, 411 estações de correio, 249 extensões de saúde, entre muitos outros serviços encerrados entre 2001 e 2014, de acordo com o levantamento feito pela Agência Lusa. Acrescem outros encerramentos em 2014 e 2015: mais de 150 repartições de finanças, tribunais (tendo sido reabertos em parte nesta legislatura) e postos de correios. Os encerramentos concentraram-se no **interior** e norte do país. Estes encerramentos sucedem-se a um período de corte de transportes coletivos que serviam o interior e que se iniciou nos anos 90 do século passado com a privatização da Rodoviária Nacional e com o encerramento 30% das linhas férreas do país. (Pág. 124)

 O movimento de migração da população do **interior** e a sua concentração no litoral foi acompanhado por uma concentração de serviços públicos, retirando capacidade às zonas de mais **baixa densidade** populacional e concentrando também no litoral o emprego público (e qualificado). O **interior**, envelhecido e desabitado, é também o **interior** empobrecido e esquecido. (Pág. 124)

 O PS e a direita têm defendido a inevitabilidade do encerramento de serviços públicos no **interior** face à perda de população. Em vez de utilizarem os serviços públicos como promotores de coesão, aceleram os processos de despovoamento. A promoção da criação de emprego no **interior** tem-se limitado a propostas de benefícios fiscais que se revelam inconsequentes. Têm promovido ainda formas de exploração e financeirização do território que atacam comunidades locais e meio ambiente (veja-se o exemplo das culturas superintensivas no Alentejo, os novos projetos de exploração mineira ou o contínuo eucaliptal). Finalmente, iniciaram um processo de descentralização de competências para as autarquias e comunidades intermunicipais que, muito embora se diga promover a proximidade das populações à decisão, sem mecanismos de compensação ou legitimação democrática agrava as desigualdades. (Pág. 124)

 Programa de reabertura gradual de serviços públicos nos territórios de **baixa densidade**, acompanhado de incentivos à fixação de trabalhadores e trabalhadoras do Estado nesses **territórios**. O programa deve ser estruturado em colaboração com os municípios e de acordo com a avaliação do seu efeito no povoamento do **território**. (Pág. 125)

 Promoção da **produção e do consumo de bens alimentares de proximidade** e de agriculturas sustentáveis;

 Uma estratégia de valorização do **território** e das comunidades **rurais** assente na transformação agrícola e florestal, do plano ferroviário nacional e da garantia de

acessibilidades nas situações de isolamento das comunidades e dos aglomerados populacionais. (Pág. 125)



O desenvolvimento de todas as dimensões e potencialidades do ser humano – físicas, intelectuais, artísticas e outras – é fundamental para o progresso individual e colectivo. O direito de acesso aos mais elevados graus de conhecimento e práticas em todas estas vertentes implica a defesa do serviço público na Educação, do Ensino Superior Público, da Ciência, da Cultura e do Desporto, em todo o **território** nacional, de forma articulada e coerente. (Pág. 10)



Assegurar o desenvolvimento de todos os outros serviços públicos, revertendo os processos de transferência de competências para as autarquias, garantindo a efectiva descentralização com a criação das Regiões Administrativas, repondo freguesias que foram extintas, reabrindo serviços que foram encerrados e reforçando os existentes, garantindo a cobertura do **território** nacional, recrutando os milhares de profissionais em falta e a revalorizando as suas carreiras na justiça, na saúde, na segurança social, nas forças e serviços de segurança, e nas restantes funções administrativas e públicas. (Pág. 10)



É igualmente necessário que todos os outros serviços públicos, que são suporte da actividade económica e social, de cuidados de saúde e de outras funções públicas e administrativas, tenham a qualidade e uma localização **territorial** que correspondam às necessidades. (Pág. 10)



Investir no alargamento da oferta de transporte público a todo o **território** nacional, designadamente com a reconstituição de um operador público rodoviário de âmbito nacional. (Pág. 11)



O ordenamento do **território**, abarcando várias dimensões, com particular enfoque na floresta, visando a prevenção estrutural de incêndios, e na produção agrícola, limitando os modos de produção intensiva e superintensiva e tendo em vista a promoção, conservação e recuperação da biodiversidade. (Pág. 13)



Promover o desenvolvimento da **agricultura familiar**, da pesca artesanal e costeira e das cooperativas, visando a soberania e segurança alimentares. (Pág. 15)



A reinstitucionalização da Casa do Douro; a reposição de direitos dos Baldios; a garantia de apoio à **agricultura familiar**, a redução de custos com combustíveis para agricultores e pescadores; a consagração da electricidade verde para agricultura e medidas diversas para a defesa da floresta. (Pág. 16)



Defender o Mundo **Rural**. Promover a produção nacional, salvaguardando os métodos tradicionais de produção e incentivando as explorações inovadoras: com vista a combater o abandono do **território rural** e do **interior**, promovendo o emprego e a economia do sector agrícola. Aumentar a capacidade de captação de recursos hídricos no país, para promover o turismo e a produção agrícola, e também para combater a desertificação. (Pág. 6)



Defesa do Mundo **Rural**, da sua cultura, memória e tradições: a caça, as corridas de touros e todas as manifestações culturais devem ser preservadas e defendidas. (Pág. 6)



Garantir a cobertura em todo o **território** com internet de banda larga. (Pág. 16)



Garantir a total e transparente execução dos fundos comunitários destinados ao sector (**rural**), evitando a sua devolução à União Europeia. (Pág. 6)



O importante é reconstruir a proximidade dos serviços públicos no relacionamento com os cidadãos, nos diferentes territórios do país, pondo termo ao abandono do **interior**. Vamos transferir, para fora de Lisboa, serviços e institutos da administração central do Estado, e garantir a igualdade de acesso às infra-estruturas modernas de comunicação. (Pág. 16)



Preservar o nosso património genético e ambiental, compreendendo que os agricultores são os melhores ambientalistas, e protegendo-os dos ataques demagógicos de quem não conhece o meio **rural**. A defesa do ambiente faz-se no campo, não se faz nas cidades. Assegurar que os recursos naturais não serão extraídos e consumidos a uma velocidade superior àquela que a natureza leva a produzi-los outra vez. (Pág. 6)



Reformar o sistema fiscal, para o tornar muito mais simples e estável, eliminando a multiplicidade de regras especiais. Descer impostos sobre os cidadãos e as empresas. Acabar com a inversão do ónus da prova nos processos fiscais. Orientar as políticas fiscais para a **coesão territorial**. Estabelecer um regime de bonificação no IRC para as empresas instaladas no interior. (Pág. 9)



Responder ao divórcio entre eleitos e eleitores. Reforçar o poder dos cidadãos na escolha dos deputados, que não devem ser decididos apenas pelos directórios partidários. Manter e melhorar a proporcionalidade dos partidos na representação parlamentar. Cuidar da representação do **interior** do país. Combater a eternização dos deputados nos lugares, evitando que a partir de certo ponto se confunda o interesse nacional com o interesse pessoal. (Pág. 12)



Aprovar um plano nacional de desconcentração **territorial** que, com base num cronograma estruturado e numa prévia e rigorosa avaliação de custo-benefício, relocalize,

para fora de Lisboa e preferencialmente para o **interior**, a sede de órgãos de soberania e entidades públicas. (Pág. 161)



Concentrar os apoios públicos ao investimento em projetos que: acelerem a digitalização da economia, melhorando a produtividade, o ambiente, a **coesão territorial** e a conciliação da vida profissional e familiar. (Pág. 136)



Criar incentivos de autoconsumo singular, coletivo e de comunidades de energia em zonas urbanas e **rurais**, tais como em condomínios, bairros ou aldeias e parques industriais. (Pág. 36)



Definir como pilares de democracia económica a igualdade de género e a **coesão territorial**. (Pág. 136)



Determinar que os apoios às medidas agroambientais do Programa de **Desenvolvimento Rural** não financiam a agricultura convencional, garantindo a transparência dos apoios públicos às atividades agrícolas. (Pág. 29)



Estamos perante um problema de falta de vontade e negligência de sucessivos governos, que não colocam em prática um plano de ordenamento **territorial** que salvguarde os recursos naturais endógenos e diminua as assimetrias entre as grandes zonas urbanas e o mundo **rural**, o qual iria contribuir decisivamente para a qualidade de vida das populações mais desprotegidas. (Pág. 24)



Fomentar o recurso ao teletrabalho numa perspetiva de sustentabilidade ambiental, **coesão territorial** e apoio à conciliação da vida familiar. (Pág. 142)



Garantir que o acesso à Internet é universal e a preços acessíveis, conforme consta dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia Geral da ONU, salvaguardando também a cobertura em banda larga em todo o **território** nacional. (Pág. 142)



Implementar condições de acessibilidade a ofertas de educação/formação de qualidade em **territórios** de **baixa densidade** demográfica, articuladas entre os parceiros de cada comunidade local. (Pág. 123)



Incentivar o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo educativo que assentem na identificação de problemas ambientais do **território** e apresentem soluções com impacto na saúde numa perspetiva de One Health (uma só saúde - Humana-Animal-Ambiental). (Pág. 115)



Lançar incentivos financeiros, fiscais e sociais a quem pretenda instalar-se como agricultor/a biológico/a e discriminar positivamente quem se instalar nos territórios de **baixa densidade** e reforçar os recursos financeiros para execução plena da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica. (Pág. 30)



O modelo agrícola defendido pelo PAN baseia-se numa agricultura alicerçada nos saberes tradicionais das comunidades **rurais** que, conjugados com os contributos da comunidade científica e do ordenamento **rural**, reanimem o **interior** de Portugal. (Pág. 28)



O PAN acredita que este não é o caminho. A importância de estancar a perda de biodiversidade para a valorização do **território** assume especial relevo no contexto das alterações climáticas, devendo prosseguir-se objetivos de sustentabilidade na utilização e afetação dos recursos, através da minimização dos impactos e da valorização dos serviços dos ecossistemas em toda a cadeia produtiva, na perspetiva de uma economia mais circular, para a manutenção e promoção da diversidade biológica. (Pág. 21)



O PAN quer uma política de ordenamento do território - seja **rural** ou urbano - integrada, que limite o crescimento e defenda os marcos culturais que ao longo do processo de humanização da paisagem foram surgindo. Nas áreas metropolitanas, a presença da **ruralidade** e da agricultura que lhe dá suporte é fundamental, não como espaço envolvente, mas como valor a integrar no todo metropolitano. (Pág. 26)



O PAN tem como objetivo tornar as florestas mais resistentes e resilientes às alterações climáticas, assim como mitigar a velocidade e intensidade da propagação dos incêndios. Queremos preservar este habitat fundamental ao equilíbrio da vida no planeta, pelo que temos como objetivo criar uma onda de florestação e atingir uma taxa de cobertura do nosso **território** por floresta autóctone de 30% até 2050. (Pág. 25)



Regulamentar o modo de alojamento turístico “glamping”, enquadrando-o nas formas de alojamento local, promovendo o desenvolvimento do **interior** do país e o contacto com a natureza em estruturas ecológicas e de elevado potencial turístico em zonas de baixa pressão turística. (Pág. 110)



A promoção e o incentivo para uma adesão à atividade agrícola, por parte de novos/as agricultores/as, para além de poder contribuir decisivamente para a nossa segurança e soberania alimentar, pode traduzir-se em **coesão territorial**, diminuindo as desigualdades entre o **interior** e o litoral, combatendo de forma eficaz o abandono do **interior** do país. (Pág. 30)



Criar um regime de segurança social mais favorável para a **agricultura familiar**; (Pág. 3)



Incentivar a fixação da população no **interior** do país. (Pág. 3)



Promover os **circuitos curtos** para **agricultura familiar** e biológica nos mercados locais e cantinas públicas; (Pág. 3)



Combater as desigualdades de oportunidades que separam os cidadãos das áreas **rurais** e urbanas, promovendo apoios tributários para a Indústria e Comércio nas zonas rurais e do interior do país. (Pág. 21)



De forma a fixar população no **interior** do país e reverter o ciclo de abandono do mundo **rural**, propomos a criação de um programa de apoio e incentivo à **agricultura familiar**. (Pág. 31)



Fomentar a utilização de terras familiares desaproveitadas com apoios não financeiros, a multinível técnico e de inserção comunitária que abrange todas as fases de colocação em produção das terras a um nível familiar, bem como a **comercialização dos produtos a um nível local**. (Pág. 83)



Fomentar o estabelecimento de micro e **pequenas empresas agrícolas**, biológicas sustentáveis, designadamente através de capitais próprios particulares, e que desenvolvam a sua actividade em terrenos privados ou públicos com apoios não financeiros, a multinível técnico que abrange todas as fases do negócio, desde a sua concepção, viabilidade e implementação até ao acompanhamento do desenvolvimento da actividade e sua colocação no mercado. (Pág. 31)



Promover medidas fiscais de incentivo à fixação de famílias e empresas no **interior** do país e nas zonas mais desertificadas, incluindo ainda pacotes de apoio financeiro direto no âmbito da habitação, saúde e educação. (Pág. 21)



Valorizar a tauromaquia enquanto manifestação cultural inerente a grande parte do território **rural** português e à identidade portuguesa. (Pág. 31)



A adoção do regadio tem ainda a vantagem de potenciar aumentos substanciais da rentabilidade da agricultura (e da sua estabilidade), empregando mais trabalhadores por hectare e contribuindo para a sobrevivência económica de muitos **pequenos agricultores**. (Pág. 138)



A existência de oferta da atividade cultural que atraia público contribui para uma menor desertificação do **interior**, além de contribuir para a atração e fixação de novas gerações. (Pág. 438)



A Iniciativa Liberal defende que o planeamento do **território** deve ser equilibrado e respeitador das características naturais, económicas e sociais locais. (Pág. 118)



Alargar matéria coletável abrangida pela taxa reduzida de IRC aplicável no **interior** do país e nas Regiões Autónomas, passando a abranger os primeiros € 250.000 de matéria coletável (aumento face aos atuais €25.000). (Pág. 452)

**iniciativa liberal** Ao assegurar o abastecimento da água, o regadio permite dar maior estabilidade e rendimento aos **pequenos agricultores**, permitindo assim a preservação da sua atividade e a continuidade das populações nas áreas **rurais**. (Pág. 139)

**iniciativa liberal** Definição de uma estratégia para o regadio que contemple as vertentes de gestão, utilização eficiente e armazenagem da água, fundamental para a gestão sustentável deste recurso escasso, assim como para a promoção da competitividade e da resiliência climática da nossa agricultura e **território**. (Pág. 119)

**iniciativa liberal** Deslocar progressivamente os departamentos da Agência a para a Modernização Administrativa (que passaria a chamar-se Agência de Serviços Digitais do Estado) para fora dos grandes centros e colocá-los junto das universidades do **interior**. O objetivo é criar polos de desenvolvimento tecnológico locais que ajudem a fixar a população e a criar novos postos de trabalho especializados, bem como a dinamizar as economias locais. (Pág. 91)

**iniciativa liberal** Estimular o empreendedorismo **rural** jovem. (Pág. 132)

**iniciativa liberal** Necessidade de desonerar de IMI a produção agro-florestal, como forma de promover um ordenamento racional do **território** que vise combater o abandono de terrenos rústicos. (Pág. 454)

**iniciativa liberal** Prestação de cuidados de saúde a nível das farmácias. As farmácias comunitárias têm uma distribuição muito disseminada por todo o **território** nacional, sendo a primeira linha de apoio à população na área da saúde. Por exemplo, o despovoamento do **interior** e zonas **rurais** tem levado ao encerramento de unidades de saúde locais, sendo as farmácias o único local de acesso aos cuidados de saúde. (Pág. 267)

**iniciativa liberal** Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do **território** e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social. (Pág. 414)

**iniciativa liberal** Promoção do trabalho remoto (e dos chamados Nómadas Digitais) em Portugal. O trabalho remoto pode ainda contribuir para a correção das assimetrias regionais com a (re)localização de trabalhadores para o **interior** do país. Esta proposta conjuga-se com outras medidas nas áreas fiscais, qualidade dos serviços públicos e promoção do empreendedorismo. (Pág. 549)

**iniciativa liberal** Promover a participação do sector privado na gestão do património português, das instituições culturais e na execução da política cultural e potenciando a cultura e gestão de património cultural como desenvolvimento e **coesão territorial**. (Pág. 430)

**iniciativa liberal** Promover o **desenvolvimento rural**, o potencial económico da agricultura e da indústria alimentar. (Pág. 119)

**iniciativa liberal** Redução da **interioridade** e assimetrias, e promoção da **coesão territorial** portuguesa, densificando a disponibilização de infraestruturas ferroviárias capazes de assegurarem a

promoção de oportunidades de forma equitativa ao longo do **território** e de forma ambientalmente responsável; (Pág. 157)

 **iniciativa liberal** Revalorizar o património através da sua conservação, restauro e qualificação enquanto peça-chave para o aumento do emprego especializado e para a promoção dos centros históricos e do **território** em sentido mais lato. (Pág. 436)

 **iniciativa liberal** Revisão sistemática da regulamentação de ordenamento do **território** e ambiental. A revisão deve ser gradual, com objetivos sectoriais semestrais, com clara prioridade para a regulamentação de uso do solo, quer urbano, quer **rural**. (Pág. 480)

 **iniciativa liberal** Ter presente a relevância do papel socioeconómico do setor agrícola e da preservação da paisagem **rural** como uma atividade que utiliza eficientemente os recursos, respeitadora do ambiente, criadora de riqueza e postos de trabalho e que, conseqüentemente, contribua não só para contrariar a desertificação do **interior** como também para um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável do país. (Pág. 132)

 **LIVRE** Consagrar e garantir o direito à Internet Livre e sem censura para todos, garantindo que todo o **território** nacional tem cobertura suficiente. (Pág. 102)

 **LIVRE** Descentralizar as competências reforçando as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas enquanto escalas contemporâneas de cidadania, legitimadas por eleição direta, para uma visão estratégica do **território** e adequar uma distribuição mais equitativa de oportunidades. (Pág. 94)

 **LIVRE** Discriminar positivamente o **interior**, criando novos incentivos fiscais para quem se fixe no **interior** ou para empresas que criem empregos no **interior**. (Pág. 51)

 **LIVRE** Estabelecer, no Plano Estratégico da PAC 2023-2027, as tipologias de **Pequeno Agricultor Familiar** e Pastor Florestal, majorando em 5% os apoios públicos recebidos pelos primeiros e privilegiando residentes locais para os últimos, disponibilizando formação, acompanhamento técnico, equipamento e infraestruturas (como as casas florestais reabilitadas). (Pág. 67)

 **LIVRE** Fomentar a economia local, solidária e colaborativa, apoiando a criação de cooperativas e de empresas autogeridas pelos trabalhadores que garantam o desenvolvimento ecológico e sustentável; estimulando a criação de moedas locais e complementares ao euro, que permitam trocas locais entre as empresas e os cidadãos, sem valor nos circuitos financeiros e sem encorajamento à acumulação nem à especulação; revertendo a lógica das compras públicas centralizadas (que só favorecem os grandes grupos económicos e reduzem a redistribuição de riqueza), substituindo-a por compras do Estado nos mercados locais onde os serviços se encontram instalados, para promover o comércio local e, indiretamente, o emprego nas zonas de **baixa densidade** populacional; investindo em start-ups e empresas com objetivos ecológicos e com impacto significativo. (Pág. 4)

 **LIVRE** Fomentar o transporte adequado a cada deslocação, tendo em conta a sua sustentabilidade e conveniência; assegurando integração horária, tarifária e de acessibilidade entre todos os modos e a todas as escalas, desde local à internacional; criando um “passe de mobilidade nacional”, acessível a toda a população, e que possa ser usado nas redes locais (e nessas redes estão incluídos todos os modos que as servem, incluindo táxis); melhorando as condições para viagens de trabalho e viagens noturnas no transporte ferroviário; prevendo transporte flexível e a pedido nas zonas urbanas e nas zonas de **baixas densidades**; definindo níveis de qualidade de serviço para o transporte público e respetivos modelos de negócio, prevendo uma maior articulação e regulação das empresas de transportes - públicas e privadas; desincentivando o uso e a propriedade do automóvel privado em zonas bem servidas por outros modos. (Pág. 52)

 **LIVRE** Fundamental para a **coesão territorial**, bem como para concretização das metas de combate às alterações climáticas e de transição energética do país, é a visão e estratégia para os transportes e a mobilidade em todo o **território**. A rede fundamental de transportes, da escala local à nacional, deve ser abrangente, justa, funcional e sustentável, articulada com as políticas ambientais, energéticas e de habitação. (Pág. 50)

 **LIVRE** Monitorizar as redes de serviços públicos, com a criação de uma unidade técnica, que garanta que não há territórios desprotegidos e que a acessibilidade aos serviços é garantida e que o encerramento ou deslocalização de qualquer serviço público são feitos com base na avaliação do impacto na **desigualdade social e territorial**. (Pág. 51)

 **LIVRE** Necessidade de articulação das várias escalas e serviços de governação sobre o tema da habitação, sobretudo entre políticas de desenvolvimento (sociais, económicas, culturais), políticas do espaço e **território** (instrumentos de gestão **territorial** e planos e estratégias setoriais) e captação de fundos nacionais, europeus e internacionais. (Pág. 48)

 **LIVRE** No seu conjunto, a agricultura, as florestas e a conservação da natureza, bem geridas, podem sustentar setores vitais para a economia nacional no curto, médio e longo prazo, criando continuamente valor acrescentado, gerando e mantendo muitos empregos tanto no litoral como no **interior** despovoado. (Pág. 66)

 **LIVRE** Num país em que a propriedade **rural** é maioritariamente privada, mas o cadastro não está completo, dificultando a gestão, pretendemos mobilizar o Estado, os proprietários, a ciência, a sociedade civil e as empresas para uma gestão conjunta e articulada do **território**, assumindo dessa forma um conceito de gestão compatível com o da “Casa Comum da Humanidade”. (Pág. 66)

 **LIVRE** O **território**, devidamente caracterizado, ordenado e articulado, é condição fundamental para o desenvolvimento ecológico, justo e solidário do país. São essenciais, para reequilibrar e reorganizar o país, cidades médias ativas e requalificadas - por si, pela sua inserção em redes urbanas regionais e pelas suas ligações às zonas **rurais** envolventes numa política de proximidade de bens e serviços urbanos e rurais. Só num **território coeso** e interligado se consegue fortalecer os laços de comunidade, criar emprego e oportunidades, produzir bens e serviços, e preservar o ecossistema natural a uma escala regional. (Pág. 50)

 **LIVRE** Queremos um **território** que nos alimente e proteja, reequilibrando a agricultura, a floresta e a natureza. (Pág. 66)

 **LIVRE** Reconhecer o papel da mulher na agricultura, promovendo a valorização e a visibilidade da mulher agricultora, em especial na **agricultura familiar**, incentivando a sua participação cívica e associativa através da sua capacitação, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida e reduzindo a desigualdade entre homens e mulheres. (Pág. 67)

 **LIVRE** Sendo fundamental garantir uma estratégia de financiamento público em ciência e I&D independente de ciclos políticos e/ou macroeconómicos, garantindo-se financiamentos plurianuais e regras transparentes, que promovam a estabilidade, a confiança e a articulação com as estratégias de **desenvolvimento local**, nacional e europeu. (Pág. 33)

 **LIVRE** Valorizar o património cultural material e imaterial e a criação contemporânea, reforçando meios financeiros e logísticos para o funcionamento em rede de cineteatros e outros equipamentos culturais, em concertação com as políticas de planeamento e ordenamento do **território**. (Pág. 41)